



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto Estadual de Florestas

Núcleo de Apoio Regional de Araxá

Parecer nº 11/IEF/NAR ARAXÁ/2021

PROCESSO Nº 2100.01.0022115/2021-39

PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: José Henrique Assunção Gontijo e outro	CPF/CNPJ: 497.936.53
Endereço: Fazenda São Pedro de Alcântara - Caixa Postal 77	Bairro: Zona Rural
Município: Ibiá	UF: MG
Telefone: 34 99108 8172	E-mail: cafeograosdeminas@hotmail.com

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

(X) Sim, ir para o item 3 () Não, ir para o item 2

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome:	CPF/CNPJ:
Endereço:	Bairro:
Município:	UF:
Telefone:	E-mail:

3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: Fazenda Santa Amélia	Área Total (ha): 54,0902
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 27.763	Município/UF: MG
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3129509-8668.33DC.3B86.4006.82C4.A902.44C1.5A27	

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade

5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
Supressão de Vegetação Nativa	38,1147	ha	23K	334290	7821500

6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
Agricultura	Culturas anuais	10,0
Bovinocultura	Criação de Bovino de corte	28,0

7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
Cerrado	Campo cerrado	Não se aplica	38,1147

8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
Lenha	Lenha para consumo próprio	1.112,21	m³

1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo: 18/10/18

Data da vistoria: 25/05/2020

Data de solicitação de informações complementares: 25/05/2020

Data do recebimento de informações complementares: Foi necessária a relocação da Reserva e várias outras adequações como retificação de CAR, elaboração de inventário florestal, cada um entregue em data diferente.

Data de emissão do parecer técnico: 07/05/2021

2. OBJETIVO

Supressão de vegetação nativa em 38,1147 ha de cerrado e campo cerrado para dar início à atividade econômica na propriedade

3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

3.1 Imóvel rural:

A Fazenda Santa Amélia se localiza no município de Ibiá - MG, possui área total de 54,1146 ha, equivalentes a 1,54 módulos fiscais. A vegetação da propriedade é classificada nas fitofisionomias de Cerrado e Campo Cerrado, ambas do Bioma Cerrado.

3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3129509-8668.33DC.3B86.4006.82C4.A902.44C1.5A27

- Área total: 54.0902 ha

- Área de reserva legal: 10,8735 ha

- Área de preservação permanente: 4,4455 ha

- Área de uso antrópico consolidado: nao possui

- Qual a situação da área de reserva legal:

(X) A área está preservada: 10,8735 ha

() A área está em recuperação: xxxxx ha

() A área deverá ser recuperada: xxxxx ha

- Formalização da reserva legal:

(X) Proposta no CAR (X) Averbada () Aprovada e não averbada

- Número do documento:

AV 7 da Matrícula 27763

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

(X) Dentro do próprio imóvel

() Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

() Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: Dividida em 02 fragmentos

- Parecer sobre o CAR:

“Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica realizada no imóvel. A localização e composição da Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida”. A Reserva Legal é de 21% e não ha uso de Áreas de Preservação Permanente na soma da Reserva Legal.

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

O requerente solicita a supressão de vegetação nativa em 38,1147 ha de cerrado e campo cerrado. A supressão com média de 29 m³ por hectare, gerará um rendimento lenhoso de 1.112,21 m³ de lenha conforme Inventário Florestal apresentado sob a responsabilidade técnica do Eng. florestal Gustavo de Oliveira Mendonça (ART 14202000000006120979).

O material lenhoso será utilizado no proprio imóvel e incorporado ao solo por de baixa qualidade e não haver interesse comercial no mesmo.

Taxa de Expediente: DAE 1400428825915, no valor de R\$ 526,73

Taxa florestal: DAE 2901087381698, no valor de R\$ 6.141,18, pagos sobre o rendimento de 1.112,21 m³ de lenha

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor:

[23110442]

4.1 Das eventuais restrições ambientais:

- Vulnerabilidade natural: Média

- Prioridade para conservação da flora: Baixa

- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: Baixa

- Unidade de conservação: Não

- Áreas indígenas ou quilombolas: Não

- Outras restrições: Não

4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividades desenvolvidas: A propriedade atualmente é toda coberta por vegetação nativa e não há atividade econômica.

- Atividades licenciadas: G-02-07-0 - Bovinocultura e G-01-03-1 - Culturas anuais

- Classe do empreendimento: Dispensa de Licenciamento

- Critério locacional: Não se aplica

- Modalidade de licenciamento: NÃO PASSÍVEL

- Número do documento: Protocolo 33924998/2018

4.3 Vistoria realizada:

A vistoria foi realizada em 25/05/2020, sem acompanhante.

Foi constatado que o imóvel é uma gleba de terras cobertas por vegetação nativa e não possui atividade econômica.

O proprietário pretende realizar a supressão para dar início à atividades de agricultura e bovinocultura no local.

Não ha nenhuma área degradada ou subutilizada na propriedade.

A extremidade leste da propriedade divide com o rio Quebra Anzol porém a área foi averbada como Reserva Legal contígua à APP e não haverá intervenção próximo ao rio.

4.3.1 Características físicas:

- Topografia: Ondulação de suave a média

- Solo: Latossolo amarelo

- Hidrografia: 4,4455 ha de APP em córrego não nominado vertendo diretamente para o rio Quebra Anzol, tributário do rio Araguari, bacia hidrográfica estadual do Paranaíba, *UPGRH - PN2*.

4.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: Vegetação típica de cerrado, não foi identificada em inventário a presença de pequizeiros. Foi indicada a presença de 01 (um) ipê amarelo de cerrado, o qual não será autorizado para supressão.

- Fauna: para a intervenção em análise não há exigência legal do Estudo de Fauna mas foi verificado no local que há presença de tamanduá bandeira, tatus, raposa e várias espécies de aves típicas de cerrado, não sendo verificada a existência de nenhuma espécie criticamente ameaçada.

4.4 Alternativa técnica e locacional: Não se aplica este Estudo para a intervenção proposta mas vale ressaltar que a área solicitada para supressão atende perfeitamente o conceito de Reserva Legal e APP integradas formando longos corredores contíguos à outras propriedades.

5. ANÁLISE TÉCNICA

A solicitação para intervenção conforme solicitada é tecnicamente possível visto que a propriedade é toda coberta por vegetação nativa e não possui nenhuma atividade econômica, a vegetação é típica de cerrado e não há nenhuma restrição para o tipo de intervenção solicitada.

O Inventário Florestal identificou um único Exemplar de Ipê Amarelo mas como o inventário é amostral, com parcelas determinadas podem haver mais árvores desta espécie ou até pequizeiros na área, as quais não será autorizado para supressão neste processo.

5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

- Implantação de um sistema de contenção das águas pluviais na área do empreendimento, visando impedir processos erosivos.
- Proteção das áreas de preservação permanente e reserva legal existentes no entorno da atividade.
- Medidas físicas e vegetativas gerais de controle erosivo.
- Realizar o desmatamento em faixas, visando propiciar tempo para a fuga de animais silvestres.

6. CONTROLE PROCESSUAL

Processo Administrativo nº 2100.01.0008992/2021-19

Requerente: JOSÉ HENRIQUE ASSUNÇÃO GONTIJO

Referência: Supressão de Vegetação Nativa com Destoca

I. Relatório:

1 - Trata-se o processo administrativo ora sob análise de requerimento de **SUPRESSÃO COM DESTOCA DE COBERTURA VEGETAL NATIVA em 38,1147 hectares** do imóvel rural denominado "Fazenda Santa Amélia", localizado no município de Coromandel e matriculado sob o nº **32.711** do Cartório de Registro de Imóveis da mesma Comarca, possuindo área total de 54,0902 hectares, fatos esses que, de acordo com o técnico responsável, foram devidamente verificados na vistoria realizada no local.

2 - Segundo o Parecer Técnico, a propriedade possui **10,8735 hectares de reserva legal**, declarada no CAR e averbada na matrícula do imóvel, o qual foi aprovado pelo técnico vistoriante, encontra-se preservada e com quantidade acima do percentual mínimo legal de 20%.

3 - A justificativa da intervenção é a implantação da atividade de pecuária e agricultura, de acordo com o Parecer Técnico.

4 - Importante destacar que foi trazido aos autos uma **Declaração de Dispensa**, atestando a regularidade ambiental do empreendimento, nos moldes da DN nº 217/2017, sendo o empreendimento considerado **não passível** de licença ambiental ou licença ambiental simplificada, ressaltando-se que as informações são de inteira responsabilidade do empreendedor e/ou de seu representante legal.

5 - Ademais, restou assentado no Parecer Técnico que a propriedade não está inserida em área prioritária de conservação do sistema IDE-SISEMA.

É o breve relatório.

II. Análise Jurídica:

6 - De acordo com as informações prestadas no Parecer Técnico, o requerimento de intervenção ora sob análise **é passível de DEFERIMENTO**, conforme restará demonstrado adiante.

7 - No que tange ao pedido de supressão de vegetação nativa, prevê o **art. 20 da Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 1.905/2013** que:

Art. 20 - As áreas revestidas com quaisquer tipologias vegetais nativas, primárias ou secundárias, em estágios médio ou avançado de regeneração, **podem ser suscetíveis de corte, supressão e exploração nos termos da legislação vigente, mediante apresentação, dentre outros documentos, de Plano de Manejo Florestal Sustentado, Plano de Manejo Florestal Simplificado ou Plano de Manejo Florestal Simplificado em Faixas.**

§1º O disposto neste artigo não se aplica aos biomas especialmente protegidos que obedeçam a regime jurídico específico para corte, supressão e exploração de vegetação. *(negritos e grifados nossos)*

8 - Desta feita, tem-se que o presente pedido de autorização para intervenção ambiental encontra respaldo no **art. 3º, inciso I do Decreto Estadual nº 47.749/2019** e **caput do art. 20 da Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 1.905/2013**, tendo sido cumpridas todas as exigências legais e administrativas necessárias à sua análise, merecendo destaque que a área objeto de intervenção não se refere a espaços especialmente protegidos (APP, reserva legal e outras).

9 - Ainda, mister salientar que a intervenção requerida não se enquadra no disposto pelo **§1º, do art. 20, da Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 1.905/2013**, nem, tampouco, está acobertada pelo **art. 68 da Lei Estadual nº 20.922/2013**.

III. Conclusão:

10 - Ante o exposto, considerando que o processo está devidamente instruído e com respaldo no Parecer Técnico acostado aos autos, bem como ante o disposto no **art. 26, da Lei Federal nº 12.651/12, art. 3º, inciso I do Decreto Estadual nº 47.749/2019, caput do art. 20 da Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 1.905/2013 e art. 68 da Lei Estadual nº 20.922/2013**, o Núcleo de Controle Processual do IEF/Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Alto Paranaíba, do ponto de vista jurídico, **opina FAVORAVELMENTE à SUPRESSÃO COM DESTOCA DA COBERTURA VEGETAL NATIVA em 38,1147 ha**, nos moldes requeridos e aprovados tecnicamente,

devendo o proprietário, contudo, conforme já citado acima, promover o integral cumprimento das medidas mitigadoras e compensatórias estabelecidas pelo técnico vistoriante, sob pena das sanções legais, e desde que atendidas as medidas mitigadoras e compensatórias descritas no parecer técnico e que a propriedade não possua área subutilizada ou abandonada (art. 68 da Lei Estadual nº 20.922/2013).

11 - Importante destacar que, de acordo com o art. 38, § Único, inciso I do Decreto nº 47.892/2020, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão do Supervisor Regional do IEF/URAP.

12 - Sugere-se o prazo de validade do DAIA de 3 (três) anos, conforme art. 7º do Decreto Estadual nº 47.749/2019.

Fica registrado que o presente parecer restringiu-se à análise jurídica do requerimento de supressão de cobertura vegetal nativa com destoca, através das informações prestadas no Parecer Técnico. Assim, o Núcleo de Controle Processual do IEF/Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Alto Paranaíba não possui responsabilidade sobre a análise técnica realizada.

Observações:

As motosserras, bem como os demais equipamentos usados (tratores de esteira e similares) para a atividade de exploração deverão estar devidamente regularizadas junto ao IEF. Prazo: Durante a vigência do DAIA.

O transporte do material lenhoso (raízes, lenha, etc) oriundo da exploração somente poderá ser transportado para outro local fora da propriedade acobertado pelo documento ambiental a ser emitido pelo IEF do município no qual se encontra o empreendimento. Prazo: Durante a vigência do DAIA.

Patos de Minas, 14 de maio de 2021.

7. CONCLUSÃO

Após análise técnica e controle processual das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo **DEFERIMENTO INTEGRAL** do requerimento de Supressão de Cobertura Vegetal Nativa de Cerrado em área de 38,1147 ha, localizada na propriedade Fazenda Santa Amélia, sendo o material lenhoso com volume de 1.112,21 m³ de lenha estimado em Inventário destinado ao Consumo próprio na propriedade como lenha e incorporação ao solo, considerando que é material de baixa qualidade e não há nenhum interesse comercial pelo mesmo.

8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Não se aplica.

8.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes:

Não se aplica.

9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

[Em caso de deferimento, informar o valor de recolhimento ou outra opção de cumprimento da Reposição Florestal quando aplicável.]

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

☒ Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal

☐ Formação de florestas, próprias ou fomentadas

☐ Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

10. CONDICIONANTES

Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Manter preservadas as áreas de preservação permanente e reserva legal da propriedade	Não se aplica
2	Dar destinação ao material lenhoso (lenha) para consumo próprio, ou incorporação ao solo, sendo proibida a queima.	Não se aplica
3	Construir curvas de nível e bolsões na quantidade necessária para impedir processos erosivos e assoreamento da APP localizada ao longo de toda a extremidade oeste da propriedade.	Imediatamente após a supressão
4		
...		

** Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.*

INSTÂNCIA DECISÓRIA

() COPAM / URC (x) SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: Giovani Marcos Leonel

MASP: 1105361-8

RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome: Andrei Rodrigues Pereira Machado

MASP: 1368646-4



Documento assinado eletronicamente por **Andrei Rodrigues Pereira Machado, Coordenador**, em 14/05/2021, às 15:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Giovani Marcos Leonel, Servidor**, em 14/05/2021, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **29162686** e o código CRC **1FFD9CF0**.